

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na BM&F Bovespa S.A. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais apresentadas, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros que são mensurados ao seu valor justo.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2017.

2.2 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, individual e consolidado, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3 Descrição das principais práticas contábeis

3.1 Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

3.2 Ativos e passivos financeiros

a) Visão geral:

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não adota o hedge accounting previsto nos CPC's nº 38,39 e 40.

b) Ativos financeiros:

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.
- ii) Ativos financeiros disponíveis para venda: os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas resultantes de ativo financeiro disponível para venda devem ser reconhecidos como outros resultados abrangentes.

A Companhia não mantém ativos financeiros que seriam classificados na categoria de Empréstimos (concedidos) e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

c) Passivos Financeiros:

São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- i) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
- ii) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.5 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.6 Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

A Administração está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção da norma IFRS 9 Instrumentos financeiros:

A referida norma substitui as orientações existentes na IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e, inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requerimentos sobre a contabilização de *hedge*. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, não identificou mudanças com impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Os IFRS's 15 e 16 não irão gerar impacto relevante na Companhia, decorrente da aplicação dessas normas em suas demonstrações financeiras.

4 Instrumentos financeiros e riscos

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

a) Visão geral

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de capital, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

b) Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, não diferem significativamente, do seu valor justo.

As ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A. são classificados como ativos financeiros mantidos para venda e são avaliados pelo seu valor justo. No período não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos que requeiram divulgações em conformidade com o CPC 38, 39 e 40.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos ativos financeiros mantidos para venda é obtido através de preço de mercado cotado em mercados ativos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

| | 31/12/2016 | | 31/12/2015 | |
|--|------------|-------------|------------|-------------|
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Ativo | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.239 | 2.239 | 3.036 | 3.036 |
| Ativos financeiros mantidos para venda | 17.222 | 17.222 | 22.636 | 22.636 |

4.2 Risco de liquidez

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

4.3 Riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercados, sendo o principal deles a desvalorização de seus investimentos.

4.4 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros calculados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

| | Valor justo em 31/12/2016 | Nível 1 | Nível 2 |
|--|------------------------------|---------|---------|
| Ativos | | | |
| Aplicações Financeiras | 2.239 | - | 2.239 |
| Ativos financeiros mantidos para venda | 17.222 | 17.222 | - |
| | | | |
| | Valor justo em 31/12/2015 | Nível 1 | Nível 2 |
| Ativos | | | |
| Aplicações Financeiras | 3.036 | - | 3.036 |
| Ativos financeiros mantidos para venda | 22.636 | 22.636 | - |

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------|------------|------------|
| Aplicações financeiras | 2.239 | 3.036 |

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras em certificados de depósito bancário ("CDB") com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2016, estas aplicações eram remuneradas a taxa média de 86,73% (99,56%, em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía juros sobre capital próprio a pagar, líquido do imposto de renda na fonte, e dividendos propostos a pagar nos montantes de R\$ 252 e R\$ 96, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía juros sobre capital próprio a receber, líquido do imposto de renda na fonte, no montante de R\$113 da Suzano Holding S.A.

A Companhia possuía adiantamento para futuro aumento de capital recebido dos acionistas controladores, registrado no passivo não circulante no montante de R\$1.458 em 31 de dezembro de 2015. Em 05 de maio de 2016 a Companhia devolveu o valor integral do adiantamento para os seus acionistas.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Dividendos recebidos, registrados no resultado:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Dividendos recebidos da Suzano Holding S.A. | 183 | 157 |
| JSCP creditados pela Suzano Holding S.A. | - | 133 |
| Dividendos recebidos da Suzano Papel e Celulose S.A. | 404 | 164 |
| | 587 | 454 |

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios de 2016 e 2015, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

7 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 1.626 | 464 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal | (553) | (158) |
| Compensação de prejuízos fiscais limitado a 30% do lucro fiscal | 80 | - |
| Juros sobre capital próprio a pagar | 101 | 75 |
| Dividendos recebidos | 200 | 109 |
| Outros | 7 | 17 |
| | (165) | 43 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (162) | (119) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (3) | 162 |
| | (165) | 43 |
| Alíquota efetiva | 10,15% | -9,27% |

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial referente ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados nas demonstrações do resultado abrangente.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Imposto de renda | | |
| Créditos sobre prejuízos fiscais | 846 | 905 |
| Créditos sobre diferenças temporárias | 1 | 3 |
| | 847 | 908 |
| Contribuição social | | |
| Créditos sobre bases negativas da contribuição social | 384 | 530 |
| Créditos sobre diferenças temporárias | - | 1 |
| | 384 | 531 |
| Total ativo | 1.231 | 1.439 |
| Imposto de renda | | |
| Atualização dos ativos financeiros mantidos para venda | 3.554 | 4.908 |
| Contribuição social | | |
| Atualização dos ativos financeiros mantidos para venda | 1.280 | 1.767 |
| Total passivo | 4.834 | 6.675 |
| Total líquido passivo não circulante | 3.603 | 5.236 |

c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$ 3.386 e R\$ 6.527, respectivamente, (R\$ 3.620 e R\$ 6.762 em 2015).

8 Títulos e valores mobiliários

Os ativos financeiros mantidos para venda encontram-se substancialmente representados por ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data do balanço em 31 de dezembro de 2016.

Os eventuais ganhos e perdas são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

| | Quant. Ações PN | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-----------------------------|------------------------|-------------------|-------------------|
| Suzano Papel e Celulose S.A | 643.450 | 9.137 | 12.026 |
| Suzano Holding S.A | 267.787 | 8.085 | 10.610 |
| | | 17.222 | 22.636 |

9 Contingências

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, com referência aos tributos federais, estaduais, municipais e contribuições trabalhistas.

Tributação de ganho de capital na alienação de investimento – Auto de Infração.

Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobrás. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 3.880. Após discussão em âmbito administrativo, o auto foi integralmente cancelado por decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Dada a existência de depósitos judiciais vinculados à discussão administrativa acima resumida, os quais somavam R\$ 2.555 em dezembro de 2015, a Companhia requereu o levantamento da quantia em juízo, o que teve aquiescência da Procuradoria da Fazenda Nacional e foi deferido pela Justiça igualmente em dezembro de 2015. Com a liberação dos recursos, a discussão sobre a matéria está definitivamente encerrada.

10 Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia era de R\$ 3.000, composto de 74.000 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros mantidos para venda, avaliados pelo seu valor justo, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

O declínio significativo ou prolongado no valor justo de investimento no instrumento patrimonial abaixo do seu custo será considerado uma perda no valor recuperável, e consequentemente, reclassificado de outros resultados abrangentes para o resultado do exercício.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, está demonstrado abaixo:

| | | |
|--|-------------------|-------------------|
| Dividendos | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Lucro líquido do exercício | 1.461 | 507 |
| Reserva legal | (73) | (26) |
| | 1.388 | 481 |
| Dividendo mínimo obrigatório proposto - 25% | 348 | 120 |
| Dividendos propostos | 96 | - |
| Juros sobre capital próprio líquido do imposto de renda na fonte | 252 | 189 |

A Reunião do Conselho da Administração de 23 de dezembro de 2016 deliberou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 296, com base no resultado do exercício, sendo R\$ 4,00 o valor por ação ordinária, ex-direito a partir de 29 de dezembro de 2016, e pagamento a ser realizado até 31 de maio de 2017.

11 Lucro por ação

a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

| | | |
|--|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas | 1.461 | 507 |
| Quantidade média das ações ponderadas no exercício | 74.000 | 74.000 |
| Lucro líquido básico por ação | 19,74324 | 6,85135 |

-

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

12 Resultado financeiro, líquido

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Despesas financeiras | | |
| Despesas com administração de ações | (6) | (5) |
| Outras despesas financeiras | - | (1) |
| Receitas financeiras | | |
| Atualizações monetárias | 40 | 225 |
| Rendimentos das aplicações financeiras | 239 | 49 |
| PIS e COFINS sobre receitas financeiras | <u>(13)</u> | <u>(14)</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u>260</u> | <u>254</u> |

13 Despesas gerais e administrativas

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Anúncios e publicações | 51 | 46 |
| Despesas de Companhia Aberta na CVM | 50 | 49 |
| Perda por prescrição de crédito fiscal | 46 | - |
| Auditoria | 20 | 18 |
| Honorários advocatícios | - | 128 |
| Outras despesas | - | 3 |
| | <u>167</u> | <u>244</u> |

14 Outras receitas operacionais

A Companhia efetuou o resgate de precatório federal, referente ao processo número 96.00414866 contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no montante de R\$1.042, e sobre essa receita incidiram PIS e COFINS no montante de R\$96.